

Atualidade econômica

Orcamento reduz subsídios ao crédito

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Após quatro horas de reunião, o Conselho Monetário Nacional — CMN — aprovou, ontem, o orçamento monetário para 1984, contemplando uma expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público) mais depósitos a vista nos bancos) de 50% e das operações do Banco do Brasil em 57%.

O CMN decidiu também que, no próximo exercício, serão transferidos Cr\$ 5,8 trilhões do orçamento fiscal para o monetário, para atender as diversas contas e ajudar no financiamento da dívida interna. Também foi decidido que o crédito à agricultura e às exportações custará, a partir do próximo ano, 100% da correção monetária mais 3% de juros. Em relação às exportações, decidiu o Conselho que a cobrança dos juros será feita na liquidação da operação de financiamento, e não mais na sua abertura, o que resultará, segundo estimou o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, numa taxa efetiva de 85% da correção mais 3% da taxa de juros.

Quanto à agricultura, foi mantida a excepcionalidade para os produtores rurais do Nordeste, que até o primeiro trimestre do próximo ano pagarão 70% da correção monetária, e 80% a partir de 1º de julho, mantendo-se também as taxas subsidiárias de 35% para os programas implementados nas regiões mais secas. As pequenas e médias empresas também pagarão juros reais de 3% no próximo ano, iguais aos da agricultura do Centro-Sul e das exportações.

Em relação à política de dívida pública interna, o CMN decidiu que haverá, no próximo ano, um resgate líquido de papéis no valor de Cr\$ 1 trilhão, significando, conforme assinalou Galvães, que o financiamento do déficit do setor público não será realizado via colocação de títulos, mas, basicamente, pela transferência de recursos fiscais.

EXPORTAÇÕES E LIQUIDEZ

O ministro da Fazenda garantiu que a cobrança de juros reais de 3% aos exportadores — créditos das resoluções 330, 643 e 674 — não inibirá as vendas externas no próximo ano nem porá em risco a meta de obtenção de um superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões, o qual será garantido por exportações de US\$ 25,0 bilhões, dos quais US\$ 13,5 bilhões somente de manufaturados.

O ministro negou, com veemência e quase irritação, as especulações sobre uma maxidesvalorização em 1984, como forma de garantir a rentabilidade dos exportadores, afirmando que, se for mantida, no decorrer do próximo ano a tendência de valorização do dólar face às moedas europeias e ao iene, o governo saberá adotar as medidas compensatórias.

O Conselho Monetário também resolveu corrigir as taxas dos empréstimos de liquidez feitos pelos bancos privados junto ao Banco Central, em mais uma medida destinada a assegurar o máximo de aperfeiçoamento no próximo ano. Na primeira faixa, que tem como base 5% dos depósitos a vista levantados em 30 de junho deste ano, revistos a cada quadrimestre, o custo será igual às ORTN; na segunda faixa, correção monetária mais 12%; e, na

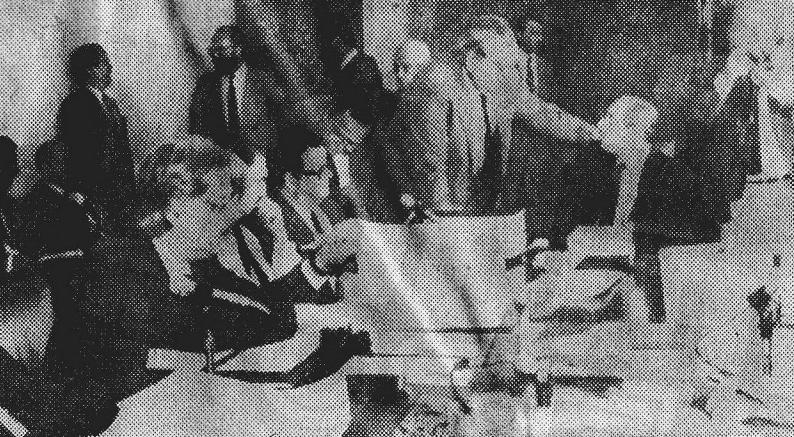


Foto Sergio Borges - Telefoto Estado

CMN decidiu tornar mais caro o crédito às exportações

terceira faixa, correção monetária mais 24%.

O ministro da Fazenda, na entrevista coletiva concedida após a reunião do Conselho, admitiu que a atividade econômica no próximo ano tende a elevar-se, no segundo semestre, com o consequente aumento na taxa de emprego, pois toda a estratégia montada pelo governo, através das políticas fiscal, salarial e monetária, objetiva uma redução do impasse inflacionário.

Reduzindo-se a inflação, os investimentos podem retornar, cai o custo de produção das empresas e elas serão reativadas, voltando a empregar mais. Ele não quis comprometer-se com uma taxa inflacionária para 1984, reiterando, apenas, que ela deverá ser substancialmente menor do que este ano.

Galvães admitiu, no entanto,

que ainda persistirão as pressões de realimentação, provocadas pela indexação da economia, principalmente pela política salarial — votada pelo Congresso — e pela política cambial, que será mantida em paridade com a inflação, para assegurar rentabilidade às exportações. Segundo o ministro, até janeiro a taxa inflacionária ainda será alta, mas o "percurso" da inflação a partir de fevereiro exibirá uma taxa descendente, segundo a sua opinião.

TAXA DE JUROS

Para o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, que participou da entrevista coletiva ao lado do ministro da Fazenda, a taxa de juros em 1984 deverá ser constante, em termos reais, ou um pouco para menos. Ele citou três argumentos para justificar a sua projeção. O pri-

meiro é que a política de dívida pública será contracionista, programando-se a retirada líquida de Cr\$ 1 trilhão e, ao mesmo tempo, elevando-se as transferências de recursos fiscais, não inflacionárias, para o orçamento monetário, como compensação.

Em segundo lugar, Pastore disse que, brevemente, o Conselho Monetário Nacional tomará decisões sobre a reorientação do crédito em função dos diversos segmentos da economia. Isso, no seu entendimento, acabará reduzindo o custo do dinheiro, na medida em que serão feitas alocações em função das necessidades efetivas de cada setor. Em terceiro lugar, o presidente do Banco Central afirmou que, "marchando" a correção monetária paralela à inflação, haverá novos estímulos às aplicações de títulos de renda fixa e, portanto, uma maior disponibilidade de recursos para os bancos emprestarem. Como a correção monetária será pura, sem expurgos, Patore acredita que o spread (diferença entre a taxa de captação e a taxa de aplicação) tende a reduzir-se, refletindo-se no custo final do dinheiro.

AJUSTAMENTO EXTERNO

Esclareceu o ministro da Fazenda que o Conselho Monetário Nacional não mais aprovará o documento sobre a programação externa para o próximo ano, cujos parâmetros principais já foram definidos pelo governo, mediante negociação com o Fundo Monetário Internacional — FMI. Galvães não se mostrou preocupado com a possibilidade de os contratos relativos ao "empréstimo-jumbo" de US\$ 6,5 bilhões não serem assinados

até o final do ano (Pastore disse confiar ainda na data de 29 do corrente), acrescentando que o importante é que o "pacote" está virtualmente fechado.

Pastore, que interveio nessa questão, afirmou que o volume total de atrasados do País está crescendo, mas não há perigo da ocorrência dos *non performing loans*, empréstimos contabilizados pelos bancos como créditos em liquidação, não pagáveis. Segundo disse, o País continua pagando suas contas em atraso, para não permitir que ele chegue a 90 dias.

NOVO DINHEIRO

O Conselho Monetário Nacional aprovou também a eliminação dos centavos, decisão que dependerá ainda de um projeto de lei a ser enviado ao Congresso em março do próximo ano, assim como a criação das cédulas de Cr\$ 10 mil e Cr\$ 50 mil, que terão a efígie de Ruy Barbosa e Oswaldo Cruz, respectivamente. Segundo Galvães, a escolha dos homenageados foi feita pelo presidente da República, dentre uma lista de 74 nomes de personalidades nacionais a ele submetidas.

O ministro disse que o Conselho voltará a reunir-se na próxima segunda-feira para completar o exame da pauta, da qual deve figurar um programa de regularização da situação financeira dos bancos estaduais, além de outros assuntos que "estão amadurecendo nesta semana". As decisões de ontem deverão ser divulgadas a partir de hoje, inclusive os orçamentos do BNDES, BNH, BNB e Caixa Econômica Federal, também aprovados na reunião do Conselho Monetário.